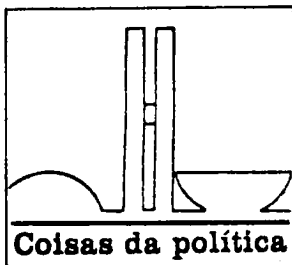


# Nosso lado invisível

O último ano do mais longo mandato presidencial indireto encontra Figueiredo na pindaíba: sem recursos para fazer uma eleição indireta e ainda reescalonar no mesmo pacote a dívida da eleição direta que seus antecessores não quiseram pagar no prazo. Falta-lhe saldo e sobram-lhe dívidas.



Vontade de liquidar o débito da direta no crediário tem o Presidente, mas o PMDB anda mais intolerante do que banco multinacional diante de um inadimplente: não admite reforma do principal. Quer receber de uma vez tudo que lhe é devido. Passou a protestar em praça pública a promissória que junta o principal e os juros de 20 anos de dívida.

Ora, o serviço da dívida eleitoral direta já foi pago com as eleições diretas para Governador há mais de um ano. Nem assim o consórcio de bancos oposicionistas dá um refresco ao Presidente. Nem conversa admitiram esses banqueiros quando Figueiredo reconheceu a dívida durante a viagem à África. Quando se declarou favorável à eleição direta, Figueiredo agiu como devedor bem-intencionado mas sem condições. Em vez de entender que ele estava naquela clássica do "devo, não nego, pagarei quando puder", o PMDB entendeu "fintarei se puder".

Para fazer face aos custos invisíveis da sucessão presidencial indireta, Figueiredo acabou agindo à italiana: vai tomar emprestado à **economia invisível** recursos que a economia visível lhe recusou nos últimos três anos. Ficou o IBGE incumbido de bater à porta dos fundos desse capitalismo oculto e conseguir até o fim do ano estatística suficiente para garantir ao candidato à eleição também invisível um dote capaz de compensar a carência de legitimidade, que é a mercadoria mais procurada e escassa do País.

O Presidente chegou a admitir em particular a antecipação do prazo de pagamento para o principal da dívida, desde que o vencimento ficasse para o final do mandato do seu sucessor. Essa generosidade com o bolso alheio não satisfaz ao PMDB. Figueiredo foi ainda mais longe e até aceitou como avalista do esquema um Presidente oposicionista, que entrasse pela indireta e saísse pela direta. Nem assim, os oposicionistas se mantiveram mais intransigentes do que os técnicos do FMI: ou tudo ou nada, mas imediatamente.

Figueiredo voltou para a eleição indireta, aborreceu-se com a fatura de candidatos e resolveu desistir da coordenação e ignorar a dívida. Em consequência, os cobradores oposicionistas vieram para a rua. Não entenderam

que a eleição direta nesses termos teria para o Presidente o mesmo efeito devastador da moratória que o PMDB propõe para fora e Figueiredo recusa também para dentro. Não é só a dívida externa que está crescendo visivelmente: a eleição direta também fica mais e mais visível a olho nu, à proporção que cabe mais gente nas praças e os argumentos se tornam supérfluos. Já não adianta fechar a janela ou desligar a televisão. Só falta as prévias se tornarem brinquedo de crianças. As oposições estão com toda a corda depois que São Paulo resolveu reativar sua locomotiva e empurrar o Brasil para a eleição direta sem dar uma paradinha na última estação da indireta.

Enquanto o PMDB faz a sua parte na cobrança da dívida eleitoral cada vez mais visível, o Governo desaperta para o lado oposto. Desconfiou da existência no Brasil da mesma **economia invisível** que salvou a Itália do aperto numa situação parecida. Economia invisível não é apenas desculpa de devedor impontual; tem muito de negligência fiscal. Como foi possível acumular-se em plena recessão tamanha prosperidade anônima sem ninguém perceber? A existência da economia invisível se demonstra por exclusão. É certo que o Brasil já teria falido há muito se tivesse de contar apenas com a economia visível. Vai-se descobrir ainda que, sob o manto da recessão, transparece a nudez forte de um trabalho anônimo. Trata-se de uma versão teórica daquela antiga verificação de que o Brasil cresce à noite, aproveitando o sono dos governantes.

Será realmente invisível essa economia ou é o Governo um caso clínico de miopia tributária? A prosperidade de não ser visível está no objeto ou é defeito do sujeito? Os empresários da economia invisível são perfeitamente visíveis, embora ainda não se destaquem socialmente como pessoas físicas. A invisibilidade beneficia de preferência pessoas jurídicas. As leis da economia invisível escaparam à percepção de Karl Marx, que não levou tão longe a luta de classes como motor dessa história oculta.

Dá-se o Brasil ao luxo de sustentar simultaneamente duas economias com o mesmo mercado consumidor: uma que garante o prejuízo e é visível, menos nos lucros; outra que garante lucros visíveis mas opera no invisível e mantém o anonimato pelas razões que a razão não desconhece.

Duas economias vá lá que coexistam. Mas duas eleições — uma direta e outra indireta — no mesmo ano, não conseguem conviver. A boa moeda acabará expulsando a má.